



NUANCES DO ETNOCENTRISMO EM INTERPRETAÇÕES DO PROBLEMA DA LÍNGUA BRASILEIRA

Olga Coelho
(CEDOCH-DL/USP; Mackenzie)

0. Delimitações

Este trabalho procura alinhar resultados parciais de pesquisas anteriores, que exploraram, seja como pano de fundo, seja como foco, a questão do tratamento do português do Brasil.

Os intervalos temporais considerados são descontínuos – de 1880 a 1890 e de 1940 a 1960 – e reconstruídos a partir do olhar de dois autores, Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838–1905) e Serafim Pereira da Silva Neto (1917-1960).

O período compreendido entre os anos 1900 e 1930 é certamente uma ausência notável, até pelo conhecido reaquecimento do debate sobre o estatuto da língua em monografias dos anos 1920 e 1930, que requerem um capítulo específico da história do tema. No entanto, os autores aqui focalizados

* Doutora em Lingüística pela Universidade de São Paulo; pesquisadora do CEDOCH-DL/USP; professora de Lingüística e Língua Portuguesa na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP).
ofcoelho@mackenzie.com.br

parecem lançar luzes interessantes sobre a questão, na medida em que a exploraram, respectivamente, no momento em que ela despontava como problema relevante e no período em que deixava o lugar de destaque conquistado a partir da independência política do país (*cf.* Coelho 1998 e 2003).

Fixamo-nos em um aspecto, o etnocentrismo, presente na caracterização da língua efetuada por esses dois autores. Por hipótese, questões relativas ao estatuto étnico do país rondaram a gênese e a progressão de suas idéias sobre o português.

1. Primeiros movimentos

O surgimento do problema da língua nacional é mais ou menos coincidente com a emancipação política do Brasil, embora ele só passe a ser tratado com certo rigor (exemplificado pela confecção de obras que visam à sistematização de características do idioma, como Paranhos da Silva 1879 e 1880, Rohan 1888, Macedo Soares 1889) a partir da segunda metade do século XIX.

De fato, é apenas durante o período de nossa história política denominado Segundo Reinado (1840-1889) que se flagram maiores esforços no sentido de organizar os símbolos nacionais (Schwarcz 1999) e, a partir deles, fixar uma imagem do país. A questão da língua ganha contornos especiais nesse contexto.

Como aponta Guimarães (1988), o que se nota, nessa época, é a consecução de um certo projeto de Brasil: depois de implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o desenho de um perfil para a nação, “capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”. E como o espelho eram os estados europeus, tal projeto deveria assegurar particularidades, mas, ao mesmo tempo, garantir a inserção do país no conjunto dos que se tinham por civilizados.

Ao mesmo tempo, eventos como a Guerra do Paraguai (1864-1870) e o paulatino desmantelamento do sistema de exploração do trabalho escravo escancaravam um problema até então pouco debatido: como vincular a idéia

de civilização a uma jovem nação mestiça, em um contexto de proliferação de teorias raciais que a desfavoreciam?

A solução parecia passar, paradoxalmente, pela exposição do refinamento de nossa cultura e pelo culto do exotismo a que, desde o Descobrimento, este espaço geográfico esteve associado.

Na esfera lingüística, a existência de uma fala peculiar ao Brasil era já uma espécie de consenso que de pouco valia no delineamento de uma nação ímpar e digna. Para a tarefa de equiparação às nações européias, no que se refere à língua, um elemento tomado como decisivo pelo jurista e literato Macedo Soares, e também por muitos de seus contemporâneos, foi a literatura:

Mais dia, menos dia, [os críticos de Lisboa] vão ser forçados a fazer duas confissões importantes: a 1ª é que no Brasil a língua portuguesa tem sido menos atacada do gálico, que a está corroendo e deformando em Portugal; a 2ª, é que temos uma língua nossa, e, portanto, uma literatura nossa...
(Macedo Soares 1942[1874/1891]: 87)

A língua por aqui já se diferenciaria da portuguesa, corrompida pela influência do gálico; o que faltava era registrar essa mudança nos produtos artísticos com ela elaborados.

Pressupunha-se que, para uma literatura ser reconhecida, deveria ser veiculada em idioma “de cultura”. Portanto, não era possível aceitar que o português do Brasil continuasse a ser considerado como corrupção do português da Europa. Legitimar a língua do Brasil significava tornar sua literatura digna. O raciocínio inverso também era válido: à medida que a língua, freqüentemente tachada pelos portugueses de incorreta, ganhasse os textos literários, receberia o predicado de civilizada, e este poderia ser estendido à nação. Era necessário, pois, imprimir à alegada língua inculta do Brasil “o cunho dos idiomas literários”, dar-lhe “foros de cidade”, para que ela pudesse exemplificar a pujança do Estado que a abrigava e, ao mesmo tempo, ajudar a consolidá-la.

Apesar das freqüentes oscilações quanto ao estatuto do português do Brasil, Macedo Soares perfila-se entre aqueles que propõem sua autonomia em relação ao português de Portugal. E, para defender esse estatuto, recorre,

além de à literatura, ao vocabulário local, tomado, ao contrário daquela, como expressão contundente de nossas especificidades.

Para ele, o léxico captava e exteriorizava uma diferença de visão de mundo e de contexto. E, se era assim, individualizava línguas e nações. Seria, ao mesmo tempo, fruto da diversidade (natural, social, cultural, política e étnica) e um elemento (lingüístico) que a comprovava. Cumpriria, desse modo, o duplo papel de incorporar e refletir a organização de uma comunidade de falantes, bem como seu tempo e seu espaço.

Como havia diferenças marcantes entre a nação brasileira e a portuguesa, seja pelo clima, seja pela topografia, pela flora, pela fauna, pela constituição étnica, Soares enxergava a inevitabilidade de termos, no Brasil, um *“lexicon”* nacional, descolado do lusitano, já na primeira metade do século XX:

Muitas delas [“vozes” = palavras] são comuns a Portugal e ao Brasil; algumas lá ficaram, que nunca foram aqui aceitas; outras, que entre nós se aforaram jamais foram ouvidas em Portugal; outras, finalmente, que vieram de Portugal, passaram ou estão passando no Brasil pelas transformações dialetais que denunciam o progressivo desenvolvimento, de todas as línguas. Não será ousadia afirmar que na segunda metade do século XX o léxico brasileiro não há de ser mais o léxico português. (Macedo Soares 1942[1874/1891]: 72-73)

Para o autor, se em relação ao seu *“gênio”* (estrutura gramatical) a língua pudesse permanecer a mesma em uma e outra margem do Atlântico, no léxico concentrar-se-iam as contribuições brasileiras mais autênticas à língua de Camões. Dessas contribuições, com o tempo, poderia resultar a autonomia completa e definitiva do “dialeto brasileiro”.

Ao mesmo tempo periférico – uma vez que não integraria o “gênio” (ou a índole) da língua – e essencial, já que poderia implicar a individualização do “brasileiro”, o vocabulário tornou-se o mais corriqueiro dos argumentos no debate. E, também ambigüamente, serviu a qualquer um dos lados, ou porque, para os defensores da língua brasileira, evidenciava a diferença, ou porque tal diferença, neste nível de articulação da língua, não parecia tão significativa aos olhos dos continuístas (v. Pinto 1978; Christino e Coelho 2000; Coelho 2003).

De todo modo, em que pesassem dúvidas, estava claro que a língua do Brasil formara-se a partir do português do período da colonização, livre de influência francesa e suavizado sob interferência dos idiomas indígenas e africanos presentes na terra àquela época.

Mais ou menos o que se passa na criação do mito do brasileiro original, exemplificado em obras como *Iracema*, ocorre com a construção da idéia de uma língua do Brasil. Ela é preferencialmente um mestiço de branco e índio, com as mais nobres qualificações. E o elemento negro também teria contribuído, “*posto que mais parcamente*”, para a formação dessa identidade lingüística, ou ao menos lexical, do Brasil (Macedo Soares 1942[1874/1891]). Lidar com essa identidade exigiria a ampliação do conhecimento sobre as chamadas “*línguas rudes*”. Por meio de seu estudo, seria possível saber mais sobre a língua culta e a literatura de qualidade que aqui se formavam. A mistura de língua europeia com línguas “*selvagens*” dava o tom específico do português do Brasil, que, paradoxalmente, era mais puro que o lusitano, porque menos contaminado pelo francês.

Sabemos que, em discussões travadas entre cientistas do século XIX e do início do XX que pensavam a questão da identidade e do futuro do Brasil, teve peso destacado a composição étnica do país (Schwarcz 1993; Guimarães 1988). A questão do hibridismo da linguagem também inquietou àqueles que descreveram o léxico local. Estava claro que, além de acomodações semânticas de termos de origem portuguesa, eram, ao final das contas, as contribuições de línguas indígenas e africanas com as quais a língua europeia se encontrou e se mesclou no país que redesenhavam sua fisionomia, que a tornavam distinta do português europeu.

Para Macedo Soares, havia agentes exclusivos a atuarem na organização social existente e, por conseguinte, na língua falada no Brasil. Era, então, necessário mapear a esfera de influência de tais agentes:

Um estudo completo dessas vozes d’África e das tribus indígenas do Brasil seria trabalho, além de curioso, de evidente utilidade para se conhecer não só a influência que exerceram sobre a nossa sociedade os elementos negro e indiano, como também a direção que vai seguindo a língua portuguesa

falada no Brasil em comparação com a falada na metrópole. (Macedo Soares 1942[1874/1891]: 72)

A língua, portanto, não foi percebida como uma realidade superposta à dos contatos inter-raciais que aqui se estabeleciam. Foi, ao contrário, compreendida como integrante da mesma realidade que continha a sociedade e suas questões étnicas.

Soares advoga, muitas vezes, origem africana para os termos que elenca em seus trabalhos, nisso diferenciando-se da maioria de seus pares. Essa prática, evidentemente, gera debates com os defensores de raízes essencialmente indígenas para os brasileirismos, como Baptista Caetano (1826-1882).

Às vezes com referências pouco precisas como “o africano” (que supõe a existência de uma única língua entre os povos africanos para cá transplantados), às vezes com um pouco mais de precisão (“no bundo”, “no angolense”, “o fulo” etc.), Soares tenta expor dados dessas línguas e reivindicar para elas algum papel na formação do “dialeto brasileiro”.

Isso, evidentemente, não o impede de manifestar, como homem branco do século XIX, o temor de ter o seu país associado à herança étnica africana:

Cabra *s2*, *adj2* – 1) quarteirão de mulato com negro; mulato escuro; caboclo escuro [...] era neste sentido que os portugueses, nas lutas da nossa independência, parodiavam a popular quadrinha do nosso hino *Brava gente brasileira*, desta sorte “cabra gente brasileira/descendentes de Guiné/ Trocaram as cinco chagas/Pelo fumo e o café[...]”. Esqueciam-se que eles primeiro se amularam na Angola do que no Brasil (Macedo Soares 1942[1874/1891]: 120)

Se os textos de Macedo Soares deixam antever a inevitabilidade de considerarmos a contribuição africana na língua e na sociedade – novidade em um período de indianismos –, permitem, também, notar que a imagem de uma nação mestiça, cabra, mulata poderia ser interpretada, contraditoriamente, como ofensiva. As realidades lingüística e social, portanto, juntavam-se ou apartavam-se conforme a necessidade de demonstrar diferença ou de requerer igualdade perante os portugueses e o português.

2. Para a europeização da língua

Uma das mais polêmicas teses defendidas por Serafim da Silva Neto – estudioso de grande projeção, cuja obra foi tomada pela comunidade científica a ele contemporânea como ‘exemplar’ (Kuhn 1962) – é a relativa à formação de um crioulo português nos inícios da expansão da língua pelo Brasil. Nas palavras do autor, os crioulos seriam

falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria, que consistem na deturpação e simplificação de uma língua, quando imperfeitamente transmitida e aprendida por gente de civilização inferior. (Silva Neto 1970[1957]: 436).

Por meio desse conceito, o autor sintetiza sua hipótese acerca da unidade lingüística entre o Brasil e Portugal. Para ele, propor tal unidade não implicaria desconsiderar as diferenças, mas situá-las, com recurso ao conceito de crioulo, como diversidade dentro da unidade, isto é, como um problema de norma e não de sistema lingüístico.

Para chegar a esse veredicto, o filólogo acompanha sobretudo a história externa da língua. Em sua interpretação, no princípio da colonização portuguesa, passada a fase de predomínio das comunicações na chamada Língua Geral, teria sido estruturada uma linguagem portuguesa bastante tosca – e coexistente com o português de padrão europeu, falado pelos brancos – que servira de meio de comunicação a negros, índios e mestiços. Tratar-se-ia de uma adaptação da língua européia, caracterizada por acentuada simplificação das formas, principalmente das conjugações.

Modo de expressão daqueles povos “de civilização inferior” (Silva Neto 1963[1950]; 1970[1957]), o crioulo ter-se-ia formado em função de um esforço de minimização das diferenças culturais e lingüísticas existentes no Brasil desde o seu descobrimento. Assim, o colonizador, ao transmitir sua língua, teria simplificado ao máximo os seus mecanismos para se fazer entender pelos aloglotas e pelos seus compatriotas vindos de outras regiões. Os aloglotas, por sua vez, obrigados a aprender (rapidamente) a língua, devido à situação de submissão, deturparam-na ainda mais. Com o passar do tempo e a “elevação

do nível das massas”, principalmente por meio da educação escolar, o crioulo teria sido, pelo menos parcialmente, encoberto pela língua europeia (Silva Neto 1970[1957]: 437). Passada também esta segunda fase, “semiculta”, resquícios dos falares crioulos teriam permanecido apenas nas áreas rurais – nos chamados “falares regionais” – dada a maior força da língua europeia, símbolo de uma “civilização superior”, que teria sobrepujado aqueles falares “xacocas”, relegando-os, em alguns de seus traços, às áreas mais isoladas do país:

Pouco a pouco, no contato com os brancos e ao sopro das luzes das escolas, negros, índios e mestiços de toda a espécie foram aperfeiçoando a sua linguagem. (Silva Neto 1963[1950]: 122)

O português do Brasil teria, assim, unidade (proporcionada, já nos princípios de sua formação, pelo estabelecimento de uma média lingüística das diferentes variações lusitanas) e teria também diversidade, uma vez que esta média, a língua comum, resultaria de diferentes tons, que um atlas lingüístico nacional, se executado, demonstraria:

É preciso ter na devida conta que *unidade* não é *igualdade*; no tecido lingüístico brasileiro há, decerto, gradações de cores. Minucioso estudo de campo determinaria, com segurança, várias *áreas*. O que é certo, porém, é que o conjunto dos falares brasileiros se coaduna com o princípio da *unidade na diversidade e da diversidade na unidade*. (Silva Neto 1963[1950]: 271)

Haveria, em suma, variações locais, que, contudo, não comprometeriam a unidade lingüística nacional. Além disso, a mesma língua seria utilizada em Portugal, onde, por sua vez, também apresentaria variações internas, específicas daquele território.

A hipótese de existência de uma língua brasileira é, assim, totalmente infundada para ele:

Em resumo: a língua portuguesa é falada em Portugal e no Brasil. Tanto de um lado como de outro há diferença de lugar e de classe social para classe social. Temos os falares do português de Portugal e os falares do português do Brasil. (Silva Neto 1963[1950]: 117)

Esta a síntese de sua proposição de “*unidade na diversidade e diversidade na unidade*”: aqui e lá, a mesma língua com diferentes gradações num ponto e no outro. As diferenciações, entretanto, seriam manifestadas em superfície, como na pronúncia, no vocabulário, em torneios sintáticos.

A linguagem literária, por exemplo, teria, no Brasil, independência, já que o estilo, “*jóia da criação pessoal*”, naturalmente varia; a essência da língua estaria, contudo, preservada nos “irmãos”, Portugal e Brasil, que por isso utilizariam, indiscutivelmente, a mesma e única língua portuguesa. “Língua brasileira é, assim, desculpa de insuficiência e bandeira de cômodo nacionalismo”. (Silva Neto 1963[1950]: 263)

Nada, para ele, justificaria admitir-se uma língua nacional. No entanto, algo a ser notado em relação a esse posicionamento sobre a existência de uma língua brasileira é que o autor, apesar de afirmar em mais de uma passagem que esta “querela” da “língua nacional” estaria superada, insista em discutir o assunto e em negar a validade dessa tese, nisso também representando exemplarmente a sua geração (v., por exemplo, Elia (1940) ou Chaves de Melo (1946)).

Quanto ao peso das influências negra ou indígena na nossa modalidade do português, o autor afirmava ser muito menor do que o estimado até a sua época:

Durante muito tempo foi moda multiplicar exemplos de influência indígena em nossa linguagem. Fez parte do indianismo filológico...

Mais tarde entrou em cena o negro. E logo se lhe transferiram muitas responsabilidades...

A verdade, porém, é que a maior parte dos fatos alegados não passava de interpretações sem base, fantasiosas ou precipitadas. Além da falta de conhecimentos de línguas americanas e africanas, a muitas das pessoas que advogavam teses indiófilas e negrófilas faltava a indispensável base da cultura lingüística e românica. (Silva Neto 1956: 121)

Para Silva Neto, o exagero poderia, em parte, ser explicado por “razões psicológicas”: haveria, nos indiófilos e negrófilos, um desejo de exaltar nossa riqueza vocabular ou de demonstrar uma extrema diferença entre o português

usado em Portugal e o nosso, o que levaria ao reconhecimento de uma língua brasileira. Somadas essas razões à ignorância lingüístico-filológica, estariam equacionados os excessos na consideração das influências indígenas e africanas (Silva Neto 1963[1950]: 128).

O que outros chamariam de influências seriam para o filólogo do século XX, “cicatrices” daquela aprendizagem tosca da língua portuguesa nos inícios de sua expansão pelo Brasil (daquela “falar crioulo”) e situar-se-iam apenas em seus níveis mais superficiais (prosódico, lexical e sintático). Seriam, essencialmente, traços irrelevantes incorporados pela língua européia em seu processo de expansão pela América.

Os textos lexicográficos produzidos na segunda metade do século XIX são um alvo direto das críticas de Silva Neto, na medida em que tiveram o intuito de exaltar nossa riqueza vocabular e, também, o de explicitar que índios e africanos teriam participado efetivamente do processo de formação da língua. Além disso, o papel que atribuíam ao vocabulário na organização das línguas, ao que parece, era bem mais relevante do que o proposto por Silva Neto.

Ainda que se encontre fundamentação lingüística para sua repulsa ao que considera “*indiofilia*” e “*negrofilia*”, é interessante observar o esforço de equiparação da variante aqui utilizada à variante européia. A ênfase sobre o poder civilizador do branco torna a questão étnica contingente e periférica e minimiza a participação dos falantes de “civilização inferior” na configuração da língua. Teria existido uma fase de perturbação da língua de cultura, rapidamente superada pela força civilizadora lusitana.

Classificar os países como “*irmãos*” é, na mesma medida, estratégia de eliminação de divergências. Não há pátria-mãe ou filha, mas irmãs, de igual estatuto e relevância. Curiosamente, países asiáticos e africanos igualmente colonizados por Portugal não integram tal irmandade.

3. Considerações finais

Antônio Joaquim de Macedo Soares e Serafim Pereira da Silva Neto situam-se em pólos opostos no debate acerca da autonomia da língua falada

no Brasil. Enquanto o primeiro dirige seus estudos à explicitação das divergências com Portugal, o segundo considera-as irrelevantes. Nesse sentido, o uso que cada um faz dos fatores étnicos envolvidos na formação da língua e do país assume traços bastante particulares.

Em Macedo Soares, o resultado final é a ambigüidade de requerer a presença do negro nesses processos e, simultaneamente, refletir certo constrangimento em relação a características atribuídas à população local e à sua linguagem, ainda não reconhecida como linguagem de cultura. A criação literária, em vista disso, é a redenção possível.

Diante de sua visão sobre a situação etnolingüística do país, restaria argumentar em prol da autonomia. Tal posicionamento coaduna-se, de fato, com o clima de opinião da época, marcado por ímpetos de determinação de uma identidade para o país.

No período em que Silva Neto desenvolve suas pesquisas acerca do português do Brasil, essa identidade parece ter-se reestruturado em conformidade com outros parâmetros. Longe da antiga necessidade de apresentar provas da consolidação de um estado nacional autêntico, o filólogo atribui aos “povos de civilização inferior” um papel menor do que lhes fora atribuído logo após a Independência. Combatendo os excessos da *“indiofilia”* e da *“negrofilia”*, o autor acaba por reforçar o que poderíamos chamar de lusofilia, na medida em que os portugueses são tomados, em seus textos, como os únicos agentes no processo de configuração do português da América.

Esta análise comparativa de visões sobre o problema da língua portuguesa falada no Brasil, mais do que evidenciar a falta de consenso em torno de seu estatuto, torna patente a dificuldade dos lingüistas brasileiros, pelo menos os do passado, em lidar com as questões raciais.

No caso em foco, parece ter havido um certo reconhecimento da relevância desse aspecto para a compreensão da língua. Tal reconhecimento, no entanto, encerra alguma espécie de receio quanto ao impacto que a insistência sobre o caráter mestiço ou sobre o caráter genuinamente caucasiano poderia trazer para a imagem de língua e de país que se desejou criar em cada época. O uso da variante etnia, assim, assume um matiz político inegável.

Referências Bibliográficas

- Christino, Beatriz e Coelho, Olga. 2000. "Diversidade e Independência". Altman, Cristina. (Coord.). *O Tratamento da Diversidade Lingüística*. [Exposição comemorativa de 500 anos de lingüística no Brasil, apresentada durante o XV Encontro Nacional da ANPoLL, na Universidade Federal Fluminense, de 04 a 07 de junho de 2000, acompanhada de folder com textos, ilustrações e bibliografia]. São Paulo: CEDOCH/DL-USP.
- Coelho, Olga. 1998. *Serafim da Silva Neto (1917-1960) e a Filologia Brasileira; um Ensaio Historiográfico sobre o Papel da Liderança na Articulação de um Paradigma em Ciência da Linguagem*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP.
- _____. 2003. *A anguzada lexicográfica luso-bundo-americana. Língua e identidade nacional na segunda metade do século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.
- Elia, Sílvio Edmundo. 1961[1940]. *O Problema da Língua Brasileira*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores.
- Guimarães, Manoel Luís Salgado. 1998. "Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional". *Estudos Históricos* 1: 5-22.
- Kuhn, Thomas. 1987. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- Paranhos da Silva, José Jorge. 1879. *O idioma do hodierno Portugal comparado com o do Brasil por um brasileiro*. Rio de Janeiro: Lourenço Winte.
- _____. 1880. *Systema de Orthographia Brasileira*. Rio de Janeiro, Lourenço Winte.
- Pinto, Edith Pimentel. 1978. *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos. Fontes para a Teoria e a história (1820-1920)*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- _____. 1981. *O Português do Brasil. Textos críticos e teóricos. Fontes para a Teoria e a história (1920-1945)*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos/EDUSP.
- Rohan, Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire. 1956[1889]. *Dicionário de vocábulos brasileiros*. Salvador: Livraria Progresso, 2ª. ed. facsimilada
- Rubim, Braz da Costa. 1853. *Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dicionários da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Dous de Dezembro.

- Schwarcz, Lília Moritz. 1999. *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ª reimpressão.
- _____. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e a Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva Neto, Serafim Pereira da. 1950. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: INL. [2ª. ed. 1963].
- _____. 1955. *Guia para estudos dialectológicos*. Florianópolis: Centro de Estudos Filológicos da Faculdade Catarinense de Filosofia.
- _____. 1960. *A Língua Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Atlântica.
- _____. 1970[1957]. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal. 2ª. ed.
- Soares, Antônio Joaquim de Macedo. 1942[1874/1891]. *Estudos Lexicográficos do Dialeto Brasileiro*. [Org. dr. Julião Rangel de Macedo Soares, Publicação da *Revista do IGHB*].
- . 1889[1875/1888]. *Diccionario Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Typ. de G. Leuzinger & Filhos.